



A gestão da unidade de informação processos de obra particulares nos municípios da Região do Alentejo

Paulo Batista

CIDEHUS.UÉ, Portugal, pjmb@uevora.pt

Resumo

No âmbito da gestão da informação dos municípios portugueses a unidade informacional processos de obra particulares assume grande significado, em resultado de constituir a mais produzida pelos respetivos serviços e procurada pelos clientes destes arquivos. Com base num questionário enviado em 2016-2017 aos 308 municípios portugueses, relativo à gestão da unidade de informação processos de obra particulares, Alcançou-se uma taxa de resposta de 37.93% na Região do Alentejo. Desta forma, divulgam-se e analisam-se os resultados obtidos nos municípios alentejanos, no que concerne à gestão da unidade de informação processos de obra particulares, desde a sua produção, e mesmo antes, até à sua comunicação.

Palavras-chave: Municípios da Região do Alentejo, arquivos municipais, gestão da informação, processos de obra particulares

Introdução

Tendo por objeto de estudo um conjunto de indicadores estruturantes relativo aos processos de obra particulares nos municípios da Região do Alentejo, apresenta-se o correspondente modelo de gestão em vigor.

Procura-se concorrer para a interpretação dos sistemas e técnicas desta unidade de informação nos supramencionados municípios, com a finalidade de estabelecer a realidade vigente no seu ciclo de vida. Deste modo, contribui-se para potenciar os serviços disponibilizados, no domínio da modernização administrativa e da gestão da qualidade, eixos fundamentais do direito de acesso à informação dos cidadãos.

Método

Em termos de técnicas de recolha de dados e instrumentos de pesquisa, a investigação aplicada baseia-se no questionário¹ a responsáveis de arquivos municipais, ou técnicos a quem foi delegada essa responsabilidade, dos supraditos municípios, seguido da análise crítica dos respetivos resultados. Finalmente destacam-se e interpretam-se, a partir de uma análise comparativa, os elementos recolhidos com o objetivo de compreender a gestão da referida unidade de informação nos municípios da Região do Alentejo.

Enquadramento

Considerando as NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos), que, baseando-se em critérios geográficos, populacionais e administrativos, classificam o território nacional em três regiões (NUTS I, NUTS II e NUTS III²), tomou-se como universo de estudo o nível NUTS III, em que as Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal equivalem a grupos de municípios adjacentes.



Figura 1: Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

(Fonte: PORDATA (2018))³

Por conseguinte, a Região do Alentejo é constituída pelas unidades territoriais do Alto Alentejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, num total de 58 municípios⁴.

¹ O reconhecimento ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, responsável pelo mestrado em Ciências da Documentação e Informação, da Universidade de Lisboa, pelo auxílio na produção do questionário enviado aos municípios portugueses, no contexto da tese de doutoramento *La serie documental "expedientes de obra particulares" del municipio de Lisboa: Análisis de su sistema de gestión*, apresentada à Universidad de Alcalá, em 2017, de que este *short paper* e a respetiva apresentação no 3.º Encontro BAD ao Sul resultam.

² DECRETO-LEI n.º 244/2002. *D.R. I Série*, 255 (2002-11-05) 7101-7103. Esta legislação deve ser entendida no quadro do Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003, com vista ao estabelecimento de uma nomenclatura comum das NUTS.

³ PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo – O que são NUTS? [Em linha]. [Consult. 3 Jun. 2018]. Disponível na Internet: <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>.

⁴ O NUTS II do Alentejo é composto pelas seguintes 5 sub-regiões: Alto Alentejo Litoral (municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa,



Figura 2: Limites das Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

(Fonte: INE (2015))⁵

Principais resultados

Entre uma vasta lista de indicadores analisados, destacam-se os seguintes:

1) Tipo de participação no questionário:

Ponte de Sor, Portalegre e Sousel), Alentejo Central (municípios de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa), Alentejo Litoral (municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines), Baixo Alentejo (municípios de Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Ourique, Serpa e Vidigueira) e Lezíria do Tejo (municípios de Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém).

⁵ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. INE: Lisboa, 2015, p. 5.

Considerando os 58 municípios da Região do Alentejo, 20 responderam positivamente ao questionário enviado, representando 35% da pesquisa considerada. No sentido contrário, dois municípios (3%) fizeram-no negativamente, fundamentando esse impedimento. Por último, 36 municípios (56%) não responderam ao questionário.

2) Transferência da informação de obras para os arquivos municipais:

Com intervalos de tempo diferenciados, 60% dos municípios transferem a sua informação de obras para os respetivos arquivos, sendo que os restantes 40% não o fazem.

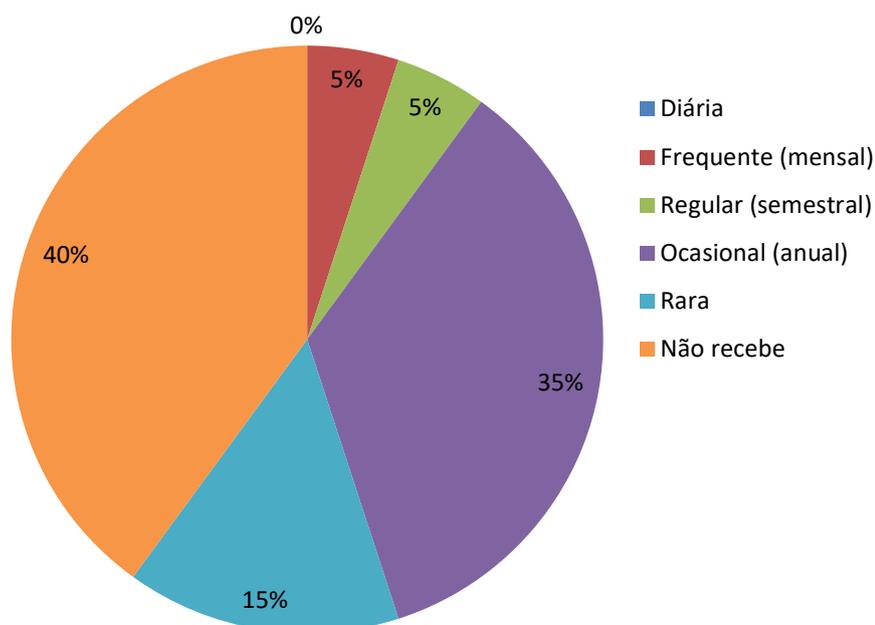


Figura 3: Transferência da informação de obras para os arquivos municipais

3) Receção da informação de obras:

Em 80% dos municípios as tarefas de receção da informação de obras encontram-se centralizadas no serviço administrativo, que depois as distribui, e em 20% descentralizadas por unidade orgânica.

4) Localização da informação de obras em fase corrente:

No que respeita à localização da informação de obras em fase corrente, salientam-se os 55% das respostas obtidas, segundo o qual esta unidade encontra-se centralizada no serviço administrativo, e os 30% que indicam que a mesma se encontra no Arquivo de Obras.

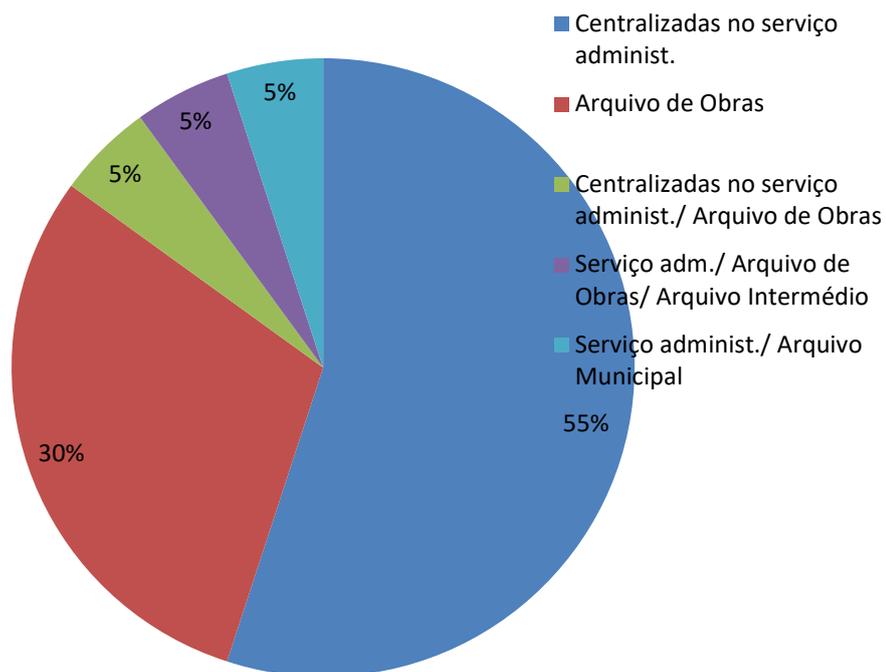


Figura 4: Localização da informação de obras em fase corrente

5) Gestão da informação de obras:

Em 65% dos municípios a gestão da informação de obras é simultaneamente desenvolvida de modo digital e manual, em 20% é efetuada exclusivamente de forma digital e em 15% manualmente.

6) Avaliação da informação de obras em suporte digital:

Quanto à avaliação da informação de obras em suporte digital, esta é feita em 55% dos municípios, não se verificando esse procedimento nos restantes 45%.

7) Forma de estabelecimento da política de gestão da informação de obras:

Nesta questão é de destacar os 35% dos resultados que vinculam a política de gestão da informação de obras (recebida, produzida e expedida) às orientações da gestão de topo, os 25% em que a mesma é determinada a partir das propostas dos serviços produtores de informação e os 15% que remetem para o Manual de Procedimentos.



Figura 5: Forma de estabelecimento da política de gestão da informação de obras

8) Existência de um Arquivo de Obras e sua abertura ao público:

Em 60% dos municípios existe um Arquivo de Obras, contudo apenas 25% destes se encontram abertos ao público.

9) Número de colaboradores a desenvolver funções no Arquivo de Obras:

Nos arquivos de obras dos municípios da Região do Alentejo trabalham 20 colaboradores. Por seu lado, nos municípios onde não existe um Arquivo de Obras encontram-se 12 trabalhadores afetos a esta informação. Por conseguinte, 32 colaboradores dos supracitados municípios desenvolvem a sua atividade laboral em relação direta com a unidade de informação processos de obra particulares.

10) Responsabilidade da política de tratamento dos processos de obra particulares:

Em 94% dos municípios a política de tratamento da unidade informacional processos de obra particulares cabe ao serviço instrutor (Serviço de Obras: Urbanismo). Por sua vez, em 6% dos municípios esta atribuição é repartida entre o serviço instrutor e o arquivo municipal.

11) Critério de organização dos processos de obra particulares:

Em 70% dos municípios a unidade de informação processos de obra particulares é organizada de forma numérica, em 15% por ordem alfanumérica/territorial e nos restantes 15%, em igual percentagem de 5%, pelo sistema alfanumérico, territorial e ano/número do processo de obra particular.

12) Unidade orgânica em que os processos de obra particulares acumulados se encontram dependentes:

Em 90% dos municípios a unidade informacional processos de obra particulares acumulados encontra-se na dependência hierárquica do Serviço de Obras, que, entre outras designações, engloba: Serviço de Licenciamento de Obras Particulares; Secção de Obras Particulares, Divisão de Obras Particulares e Loteamentos; Divisão de Obras e Urbanismo; Divisão de Urbanismo; Divisão de Planeamento e Administração Urbanísticas; Divisão de Gestão de Licenciamento Territorial; e o Departamento de Obras. Em 5% a mesma situação verifica-se em relação à Divisão Administrativa e Financeira, sendo que na mesma percentagem dos municípios os processos de obra particulares são tutelados organicamente pelo Arquivo Municipal.

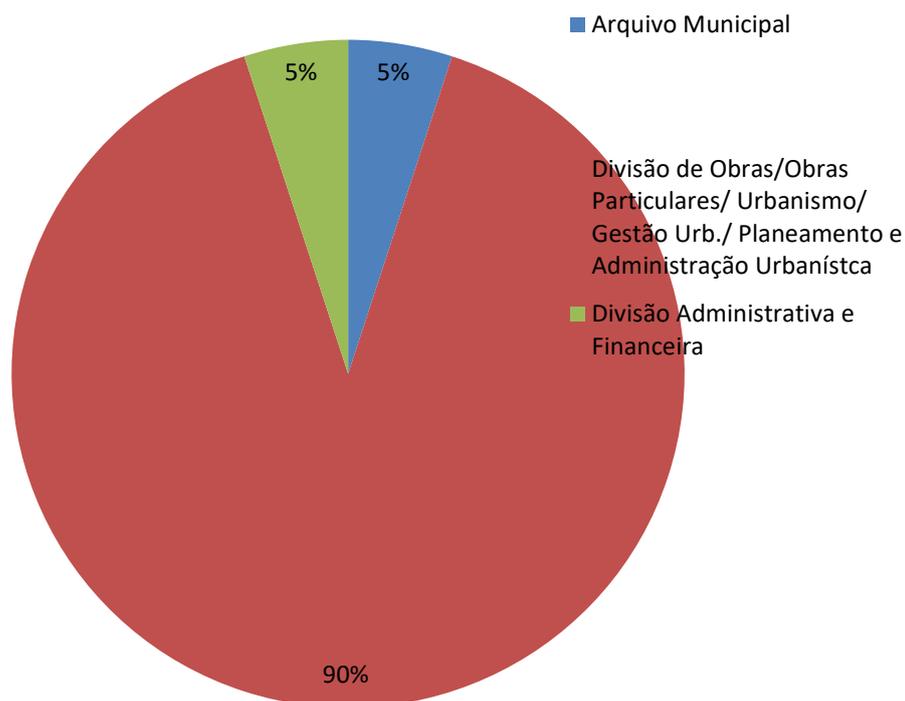


Figura 6: Unidade orgânica em que os processos de obra particulares acumulados se encontram dependentes

13) Destino final dos processos não licenciados ou que tendo sido licenciados o prazo de levantamento tenha expirado:

Em 95% dos municípios o destino final dos processos não licenciados ou que o tendo sido a data de levantamento tenha prescrito é o arquivamento. Em 5% dos municípios verifica-se o seguinte procedimento com estes processos: “Não licenciados: são guardados como indeferidos. Licenciados: a cópia do requerente é destruída após nova notificação e novo não levantamento.”

14) Organização dos processos de edificação e construção:

Em 50% dos municípios os processos de edificação e construção estão organizados segundo processos distintos para cada fim, como o licenciamento da obra, a publicidade, a utilização comercial, etc. Em direção oposta, os restantes 50% dos municípios organizam esta informação a partir de um único processo para diferentes finalidades, como os referidos exemplos, agrupando toda a informação relativa ao mesmo edifício, tendo por base o número de polícia.

15) Desmaterialização dos processos de obra particulares:

Em 65% dos municípios é realizada a transferência de suporte desta unidade informacional, diversamente dos 35% em que tal não se verifica.

16) *Software* utilizado para a desmaterialização dos processos de obra particulares:

O *software* mais usado na digitalização da unidade de informação processos de obra particulares é o SPO (Sistema de Processo de Obras), da AIRC (Associação de Informática da Região Centro), que possui entre os vastos clientes da Administração Pública e das empresas estatais 152 municípios (49.35% do total), com 75%, secundado pela utilização simultânea desta aplicação e do X-arq, com 10%.

17) Higienização sistemática da informação de obras:

Embora com regularidades de tempo distintas, em 75% dos municípios procede-se à higienização sistemática dos processos de obra particulares, embora tal se verifique de forma frequente em apenas 5% dos mesmos. Em oposição, em 25% dos municípios isso não se verifica.

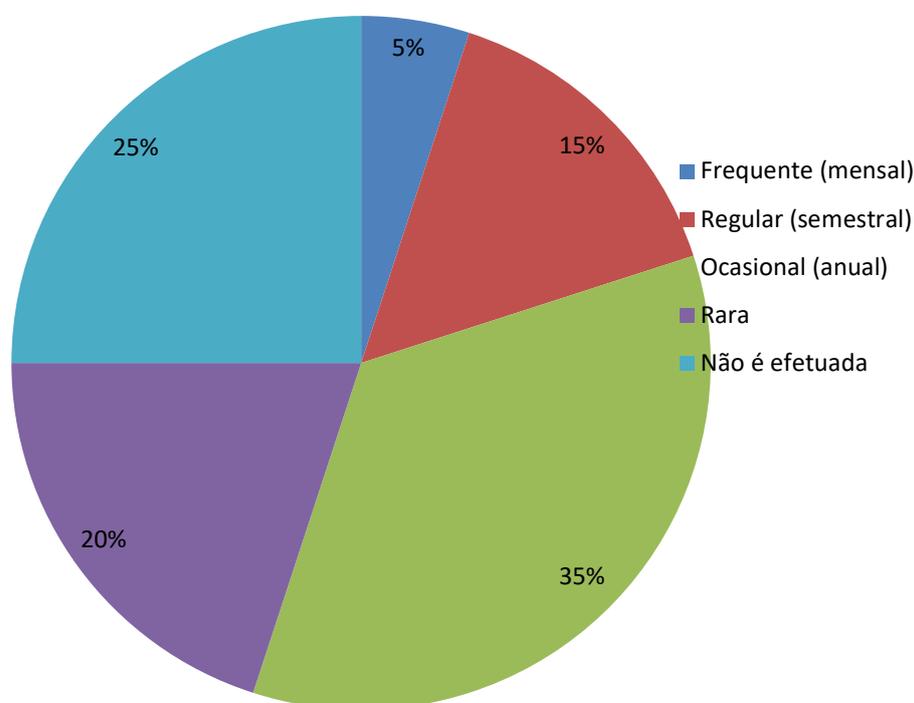


Figura 7: Higienização sistemática da informação de obras

18) Controlo ambiental dos depósitos da unidade informacional processos de obra particulares:

Procede-se ao controlo ambiental dos processos de obra particulares em somente 35% dos municípios, ao contrário do que sucede nos restantes 65% dos mesmos.

19) Níveis de temperatura, humidade relativa, luminosidade e raios ultravioleta registados nas diferentes áreas (sala de leitura, sala de trabalho e depósitos) da unidade de informação

processos de obra particulares dos arquivos municipais:

A temperatura e a humidade relativa são controladas, ao nível das salas de leitura, salas de trabalho e depósitos, em dois arquivos municipais, ao passo que a luminosidade e os raios ultravioletas, nos mesmos espaços, apenas são objeto de medição num destes serviços de informação.

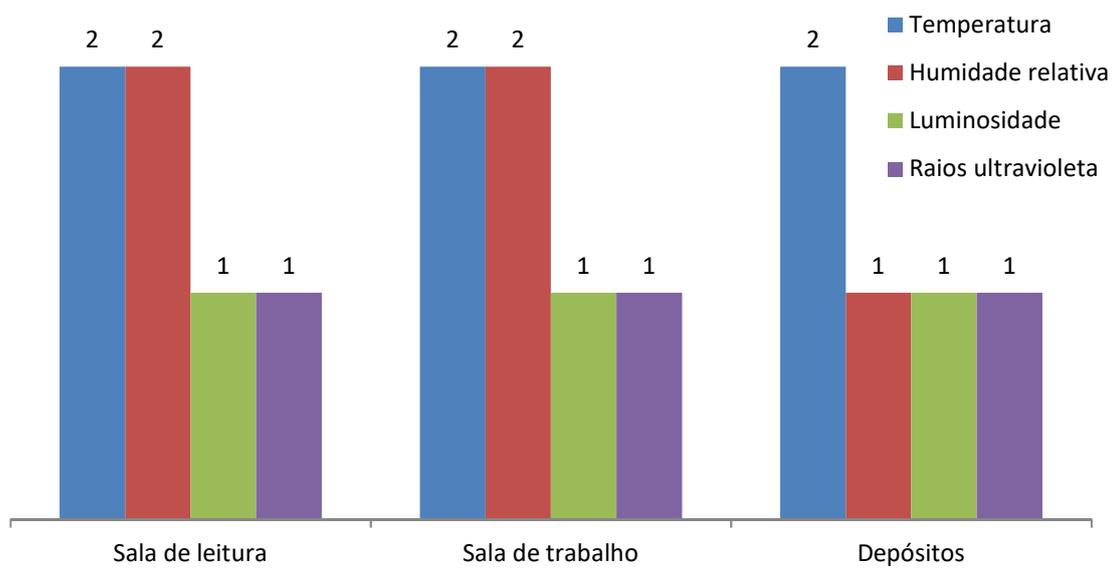


Figura 8: Níveis de temperatura, humidade relativa, luminosidade e raios ultravioleta registados nas diferentes áreas da unidade de informação processos de obra particulares dos arquivos municipais

Conclusões

Conclui-se que os municípios da Região do Alentejo transferem maioritariamente a informação de obras para os seus arquivos, sobretudo de forma ocasional. Por outro lado, as tarefas de receção desta informação encontram-se predominantemente centralizadas no serviço administrativo de cada município, tal como acontece com a informação de obras em fase corrente, aqui com valores muito próximos ao do Arquivo de Obras.

No conjunto, em mais de metade dos resultados apurados, a política de gestão da unidade informacional processos de obra particulares é estabelecida a partir das propostas dos serviços produtores de informação, mas sobretudo com base nas orientações da gestão de topo. Na quase totalidade destes municípios a política de tratamento da referida unidade informacional é responsabilidade do serviço instrutor (Serviço de Obras: Urbanismo). Por sua vez, também quase integralmente, os processos de obra particulares acumulados estão na dependência da Divisão de Obras, designação que engloba outras muito próximas, com o mesmo significado.

No que concerne às metodologias mais utilizadas para a organização dos processos de obra particulares, metade dos municípios fá-lo através de um único processo para fins distintos e a outra metade mediante processos distintos para cada fim, de acordo com o critério numérico. O destino final, de forma quase absoluta, dos processos não licenciados, ou que tendo sido

licenciados o prazo de levantamento tenha terminado, é o arquivamento.

Constata-se que a maioria dos municípios da Região do Alentejo que responderam ao questionário possui um Arquivo de Obras, contudo 3/4 destes encontram-se fechados ao público, situação que urge modificar. Por outro lado, no conjunto destes arquivos de obras encontra-se um número reduzido de colaboradores, o que pode contribuir para explicar o seu encerramento aos utilizadores.

Recomenda-se, igualmente, uma maior aposta na desmaterialização desta unidade de informação, área em que o *software* SPO, da AIRC, detém uma posição hegemónica.

De igual modo, aconselha-se um acréscimo do investimento na gestão da informação de obras em ambiente digital, cuja implementação tem reflexos evidentes na avaliação desta unidade informacional, no referido suporte, em pouco mais de metade dos municípios que responderam positivamente a este questionário.

Em derradeira reflexão, pese o número significativo de municípios da Região do Alentejo que procedem à higienização sistemática dos processos de obras particulares, é premente investir na sua conservação, mormente no tocante ao controlo ambiental (temperatura, humidade relativa, luminosidade e raios ultravioleta, particularmente nestes dois últimos indicadores), nos diferentes espaços (sala de leitura, sala de trabalho e depósito) onde está acondicionada.

Referências bibliográficas

BATISTA, Paulo – *La serie documental “expedientes de obra particulares” del municipio de Lisboa: Análisis de su sistema de gestión*. Alcalá: [s.n.], 2017. Tese de doutoramento em Documentación, apresentada à Universidad de Alcalá.

BATISTA, Paulo; VIEGAS, Inês – A digitalização dos processos de obra particulares no Arquivo Municipal de Lisboa. *Cadernos do Arquivo Municipal*. Lisboa. II Série Nº 3 (jan. - jun. 2015), pp. 265-285.

DECRETO-LEI nº 244/2002. *D.R. I-A Série*, 255 (2002-11-05) 7101-7103.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – *NUTS 2013: As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. INE: Lisboa, 2015.

PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo – O que são NUTS? [Em linha]. [Consult. 3 Jun. 2018]. Disponível na Internet: <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS>.

Regulamento (CE) nº 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio de 2003.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057 – POCI-01-0145-FEDER-007702.